

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE FORTALEZA E O ASILO SÃO VICENTE DE PAULA: A PROBLEMÁTICA DA LOUCURA NO CEARÁ

Cláudia Freitas de Oliveira¹

Resumo

A temática da loucura representou efetivamente uma demanda para a sociedade cearense somente a partir da década de 1870, quando surgiram os primeiros documentos oficiais, apontando para a necessidade de solucionar o problema da circulação de loucos que vagavam pelas ruas de Fortaleza e que incomodavam as elites. Naquele momento, surgiram discursos, demonstrando a intenção de construir uma instituição que abrigasse os alienados, oferecendo-lhes tratamento adequado. Uma das grandes instituições responsáveis por esse empreendimento foi a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza que acompanhou todo o processo de idealização e execução das obras, resultando na inauguração do primeiro asilo para alienados no Ceará, o Asilo São Vicente de Paula, em 1886.

Palavras-chave: Santa Casa de Misericórdia; Asilo São Vicente de Paula; loucura.

Abstract

The subject of insanity, effectively represented an exigence to the cearense society since the decade of 1870, when the first official documents appeared, pointing to the necessity of solving the problem of mad people circulation, that ramble throught the streets of Fortaleza and use to incommode the cream of society. In that moment, appeared speeches, demonstrating the intention to build an institution that would give shelter to the alienated, offering them proper treatment. One of the responsables for this undertaking was the Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza (Holy House of Compassion of Fortaleza) that attended all the process of idealization and execution of the work, resulting in the inauguration of the first asylum to alienateds in Ceará, the Asilo São Vicente de Paula (Asylum St. Vicent of Paula), in 1886.

Keywords: Santa Casa de Misericordia; Asylum St. Vincent de Paul; madness.

¹ Aluna do Doutorado em História da UFPE, sob a orientação do Prof Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda.

Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: a instituição caritativa e a ação da vice-provedoria.

Este trabalho objetiva investigar a relação direta entre dois estabelecimentos construídos no Ceará na segunda metade do século XIX – a Santa Casa de Misericórdia e o Asilo São Vicente de Paula. O Asilo São Vicente de Paula, também conhecido como ‘asilo de alienados’ esteve, desde sua fundação, veiculado à Santa Casa. Para que seja possível levantar determinadas problemáticas acerca da institucionalização da loucura no Ceará, tais como: a observação das primeiras demandas enfrentadas no cotidiano da instituição asilar e o perfil dos loucos que lá ingressaram, torna-se necessário inicialmente investigar elementos constitutivos da história da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

As obras de construção da Santa Casa foram iniciadas em 1847, mas sua inauguração ocorreu apenas em março de 1861, durante a administração do presidente da Província, Nunes Gonçalves². Considerada pelo escritor Antônio Bezerra como um dos melhores “*edifícios da capital por suas proporções, asseios e aplicações*”³, o hospital possuía uma “*elegante e nobre entrada*”. Seus compartimentos estavam divididos da seguinte forma, em 1895: havia a capela, o salão onde funcionava a mesa administrativa, a secretaria, o parlatório das irmãs de caridade, o refeitório, a sala de costura, o dormitório para trinta e três órfãs, a farmácia, o laboratório, armazéns, consultórios médicos, o depósito de flores, entre outras dependências, como enfermarias e salas de cirurgia.

2 Relatório do Presidente da Província Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, 9 de abril de 1861, item: Santa Casa de Misericórdia, p. 16.

3 BEZERRA, A. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895. p; 187.

A Santa Casa de Misericórdia foi uma instituição de referência no Ceará durante o século XIX não somente por ter uma estrutura médica e hospitalar de grande porte para atender a demanda de doentes de toda a Província, mas por exercer um papel de prestígio social, político e religioso como instituição que sempre esteve aliada ao governo monárquico e que pertencia a uma Irmandade com viés caritativo. O aspecto ‘benevolente’ da instituição estava acentuado na sua própria definição, como consta no Regimento de 1875 quando, no primeiro capítulo do Estatuto, ela afirmava que “*seu fim é a prática de obras pias de misericórdia em favor dos pobres e enfermos desvalidos*”⁴.

No que concerne à sua estrutura interna, segundo o Estatuto, a Santa Casa era formada por uma ‘mesa administrativa’ ou ‘regedora’, composta de dez membros, também denominados de mordomos ou irmãos. Poderiam ocupar o cargo de mordomo pessoas de ambos os sexos, que fossem maiores de 21 anos, soubessem ler, escrever e contar, além de terem “*meios de decente e segura subsistência*” e possuírem uma “*escrupulosa e reconhecida moralidade*”⁵. Segundo o pesquisador Eduardo Campos somente eram negados o ingresso à irmandade os sentenciados à prisão ou degredo e os alienados⁶. Além dos mordomos, faziam parte da composição da mesa regedora o tesoureiro e o procurador geral.

Ainda baseado no Estatuto da Santa Casa, os membros da mesa administrativa deveriam ser “*pessoas conhecidas por sua inteligência,*

4 Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

5Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel). Cap II, Artº 1, § 1º ao 4º.

6Campos, Eduardo. *As Irmandades Religiosas do Ceará Provincial* (Apontamentos para sua história). Fortaleza, Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 77.

probidade e caridade”⁷. Assim, ocupar a função de mordomo na Irmandade da Misericórdia representava que a pessoa deveria, senão pertencer às elites da Província, ao menos possuir um bom trânsito entre elas. Para participar da Irmandade, era necessário que o ‘pretendente’ recebesse um convite remetido pela mesa regedora, como ocorreu no momento da fundação da instituição, quando ela enviou cartas a indivíduos moradores de Fortaleza e do interior, convidando-os para comporem o cargo de mordomos dos quais, somente na capital, aceitaram o pedido 144 pessoas⁸.

No topo da Irmandade, estava a figura do vice-provedor que, embora não exercesse um poder arbitrário – na medida em que as decisões da instituição passavam por aprovação de todos os membros da mesa administrativa, em reuniões – representava a instância maior no cotidiano da Irmandade. Acima dele só existia o chamado ‘provedor nato e protetor da irmandade’⁹, cargo este sempre exercido pelo presidente da Província, mas que não participava diretamente das deliberações discutidas pela mesa regedora em suas sessões ordinárias e extraordinárias. Era o vice-provedor a principal liderança da mesa administrativa. E foi através deles, que o projeto de construção do Asilo de Alienados São Vicente de Paula ganhou formato durante a década de 1870.

Do projeto de idealização do Asilo São Vicente de Paula até a data de sua inauguração, ocuparam a função maior da Santa Casa de Misericórdia seis vice-provedores, possuidores de significativo prestígio na Província, exercendo anteriormente cargos públicos e/ou políticos. Foram eles, em suas gestões: Severino Ribeiro da Cunha (1873-1875); Joaquim Cunha Freire

7Decretos e Leis – Estatutos da Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Fortaleza, p; 183. (Rolo: Secretaria Cultura 003 leis do Ceará – Período: 1876 à 1897. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel). Cap V, Artº 22.

8 Sessão nº 7, de 7.6.1861, p. 8, do Livro de Atas de 15 de março de 1861(Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

9 Relatório do presidente da Província, Antônio Marcellino Nunes Gonçalves, 9 de abril de 1861, item: Santa Casa de Misericórdia, p. 16. Obs.: Na reforma dos Estatutos de 1875, o número de membros da mesa administrativa passou para doze.

(1876); José Francisco da Silva Albano (1877 e 1881-1889); Caetano Estellita Cavalcante Pessoa (1878); Antônio Pinto Nogueira Acioly (1880-1881); Joaquim Tibúrcio Ferreira Gomes (1881).

Dos seis vice-provedores, dois se destacaram especificamente quanto à execução do projeto de construção do Asilo São Vicente de Paula e quanto à sua existência durante o século XIX: Severino Ribeiro da Cunha e José Francisco da Silva Albano. A partir de suas gestões, pode-se observar a dinâmica e o cotidiano desenvolvidos em torno da viabilização de institucionalização da loucura no Ceará.

O Projeto de Idealização do Asilo São Vicente de Paula, na Gestão do Vice-Provedor, Severino Ribeiro da Cunha (o Visconde de Cauhipe).

Foi durante a gestão de Severino Ribeiro da Cunha, também conhecido como Visconde de Cauhipe, que o projeto de construção do asilo para alienados ganhou força. Antes dele, em 1871, o então vice-provedor interino, Victoriano Augusto Borges, considerava como *urgente* a construção de um local que abrigasse os loucos de Fortaleza, pois eles incomodavam e ofendiam a moral e os bons costumes. Em relatório dirigido à presidência da Província, ele afirmou:

“Ainda ha uma obra que reputo urgente, reclamada pela civilização, e pela sublime virtude – a caridade – he um lugar onde possão ser recolhidos os loucos, que muitas vezes, com offensa dos bons costumes, da moral e attestando a nossa falta de christianismo, vagueiam pelas ruas d’esta cidade.”¹⁰

10 Relatório do presidente da Província, Barão de Taquary à Assembléia Provincial do Ceará, 4 de julho de 1871. Anexo 8: Relatório do vice-provedor interino da Santa Casa de Misericórdia, Victoriano Augusto Borges, p. 4.

Apesar dos documentos registrarem que Victoriano Augusto Borges foi o primeiro vice-provedor da Santa Casa que comunicou a urgência da obra, políticos e historiadores cearenses responsabilizaram Severino Ribeiro da Cunha como o grande idealizador do projeto. Entre eles, estava o presidente da Província Heraclito Graça que, em Relatório da Presidência de 1875, escreveu: “*Não contente o illustre Visconde de Cauhipe com os assignados serviços que há prestado desde alguns annos á Santa Casa de Misericórdia para socorrer os infelizes que procurão, concebeu o generoso pensamento de fundar um azylo de alienados...*”

Segundo o presidente da Província, em decorrência de seu ‘ato de benevolência’, Severino Ribeiro da Cunha seria merecedor das *bênçãos da posteridade*, por sua *inspiração humanitária*¹¹.

O historiador Guilherme Studart, também atribuiu ao Visconde de Cauhipe a autoria da idéia de erguer um estabelecimento para abrigar os loucos, em sua obra *Datas e Fatos para a História do Ceará*, de 1896, onde ele afirmou que por ser “*predestinado*”, Severino Ribeiro da Cunha semeava “*o bem por toda a parte*”. Afirmou ainda: “*O Asylo de S. Vicente de Paula é producto de sua criação, e a sua iniciativa veio do facto de ter contemplado, errante e perseguida, andrajosa e faminta, uma pobre louca nas ruas d’esta cidade*”¹².

Severino Ribeiro da Cunha ganhou grande prestígio em Fortaleza por ter exercido vários cargos públicos. Foi tenente-coronel comandante do 2º Batalhão da Guarda Nacional, vice-cônsul da Áustria e presidente da Associação Comercial da Praça do Ceará¹³. Entretanto, foi como vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia que ele ganhou notoriedade, sobretudo ao empenhar-se na construção de um edifício para loucos. Com

11 Relatório do presidente da Província, Heraclito d’Alencastro Pereira da Graça de 1 de março de 1875, item: Santa Casa de Misericórdia, p. 17.

12 STUDART, Guilherme. *Datas e Fatos Para a História do Ceará*. Fortaleza: Tip. Studart, 1896, p 229.

13 STUDART, Guilherme. *Idem*, p 229.

esse intuito, ele entrou em contato com vários membros das elites da Província e organizou comissões com a finalidade de angariar donativos.

Em 1874, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia recebeu doações em dinheiro de conselheiros, comendadores e médicos para a execução do edifício de alienados¹⁴. O próprio Visconde de Caiuhype doou a significativa quantia de dois contos e quinhentos mil réis para as obras¹⁵, seguindo o mesmo gesto, os mordomos da Santa Casa que, além do dinheiro, doaram objetos de construção, como milheiros de tijolos de alvenaria¹⁶. No mesmo ano, foi realizada uma comissão composta por médicos residentes do hospital de caridade para angariar donativos.

Cartas também foram dirigidas aos estrangeiros que tinham casas ou relações comerciais no Ceará. Outras comissões foram realizadas não somente em Fortaleza, mas no interior da Província, como nas localidades de *Aracati*¹⁷, *Maranguape*, *Mecejana*¹⁸, *Sobral*¹⁹, *Pereira*²⁰, *Acaracu*²¹ e até mesmo em outras Províncias, como Pernambuco²². Ou seja, várias estratégias foram realizadas com o objetivo de viabilizar as obras em torno da construção do asilo de alienados.

A forma mais comum utilizada pela mesa administrativa para a arrecadação dos donativos era o envio de cartas aos possíveis doadores e a organização de comissões. No entanto, outras medidas foram articuladas,

14 Sessão de 2 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

15 Sessão de 16 de julho de 1874, p. 26, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

16 Sessão de 16 de julho de 1874, p. 27, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

17 Sessão de 06 de agosto de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia) e sessão de 15 de maio de 1875, p. 44.

18 Sessão de 26 de novembro de 1874, p. 36, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

19 Sessão de 02 de janeiro de 1875, p. 36, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

20 Sessão de 19 de novembro de 1874, p. 35, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

21 Sessão de 08 de julho de 1875, p. 35, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

22 Sessão de 17 de setembro de 1874, p. 31, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

tais como; a realização de eventos como concertos artísticos²³ e bazares²⁴, exposições de produtos agrícolas²⁵ e até mesmo testamentos foram escritos em benefício do asilo de alienados²⁶.

Uma questão importante tratada nesse primeiro momento do projeto pelas autoridades públicas e mesa administrativa da Santa Casa era propor o local para a concretização das obras. Segundo o presidente da Província Heraclito Graça, o local planejado estaria provisoriamente instalado nas dependências da Santa Casa de Misericórdia, até a escolha de um lugar mais adequado. A intenção inicial da mesa administrativa era de que o asilo ficasse próximo da Santa Casa, entretanto, em reunião ordinária, o médico João Moreira da Rocha ponderava que esta ideia era inconveniente, não apenas pela proximidade que teriam os loucos com os demais doentes do hospital, como pela necessidade de se pensar em um espaço amplo onde houvesse condições para um tratamento eficaz para os alienados. Para o médico, era necessário que houvesse no local, por exemplo, um *jardim para recreio* dos loucos; elemento este que estaria condizente com a moderna psiquiatria defendida no período em que teve como maior expressividade o médico francês Philippe Pinel²⁷.

Pinel foi um dos grandes críticos do uso abusivo de correntes utilizadas nos hospitais gerais – muitas vezes como a única forma de ‘tratamento’ dado aos alienados – e foi um dos maiores entusiastas no que se refere à defesa de construções de espaços amplos para a livre circulação dos doentes. Considerava ele que uma forma encontrada para evitar práticas de confinamento e aprisionamento do louco era erguer um hospital que apresentasse diferente estrutura física e arquitetônica empregada nos

23 Sessão de 10 de setembro de 1874, p. 31, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: Santa Casa de Misericórdia).

24 Sessão de 20 de janeiro de 1875, p. 38, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

25 Sessão de 19 de novembro de 1874, p. 35, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

26 Sessão de 29 de julho de 1875, p. 49, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

27 Sessão de 30 de julho de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

hospitais tradicionais. Nesse sentido, ele elaborou aquilo que o sociólogo Robert Castel chamou de princípios de uma *tecnologia alienista* (CASTEL:1978, 83) onde novas regras e ordenamentos espaciais deveriam ser construídos pelo psiquiatra visando um eficaz tratamento terapêutico no qual o contato direto dos doentes com a natureza seria um de seus importantes elementos constitutivos do ‘tratamento moral’ por ele elaborado.

Uma questão subjacente ao ‘eficaz tratamento dado aos loucos’ a partir de um contato com o ambiente agradável e em harmonia com a natureza, proposto pela moderna psiquiatria, era de encontrar um local que estivesse distante dos olhares dos moradores da cidade. Era prática comum entre outras experiências de semelhante empreendimento promovidas pelos governos, não só europeus como brasileiros, criar hospícios fora do centro da cidade. No caso de Fortaleza, a ponderação feita pelo médico João Moreira da Rocha seguia essa mesma direção, ao avaliar que o local de escolha para a construção do asilo de alienados não deveria estar próximo da Santa Casa.

Nessa perspectiva, a mesa administrativa, através de ofício, solicitou à Câmara Municipal que o asilo de alienados fosse projetado no povoado de Arronches, uma antiga aldeia indígena que ficava 7 km e 200 metros de Fortaleza. O objetivo era que o asilo ocupasse o lugar onde havia um matadouro público de gado²⁸. A Câmara Municipal, entretanto, não aceitou o pedido de transferência do matadouro para outro local, permanecendo indefinido onde seria erguido o asilo para loucos. Enquanto isso, o então mordomo José Francisco da Silva Albano propôs que fossem construídas duas enfermarias na Santa Casa para o abrigo dos alienados que vagavam pelas ruas de Fortaleza²⁹.

Apesar das doações e dos recursos oficiais, como a extração de loterias, pode-se considerar que até 1877, o asilo de alienados não passava de um

28 Sessão de 30 de julho de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

29 Sessão de 06 de agosto de 1874, p. 29, do Livro de Atas de 19 de março de 1873 (Acervo: SCM).

projeto sem execução prática, pois os recursos financeiros eram insuficientes para o avanço do empreendimento. Em 1875, Visconde de Cauhipe morreu sem ter visto a conclusão de sua ‘idéia humanitária’.

Fora a escassez de recursos, a questão da escolha do local definitivo para a construção do asilo de alienados foi uma das principais questões postas em aberto que impediram o desenvolvimento da obra e que só foi resolvida durante a gestão do antigo mordomo e posterior vice-provedor da Santa Casa, José Francisco da Silva Albano.

O avanço das Obras e Inauguração do Asilo São Vicente de Paula, na Gestão do Vice-Provedor de José Francisco da Silva Albano (o Barão de Aratanha).

Segundo Guilherme Studart, José Francisco da Silva Albano era um “*capitalista e philanthropo*”, pertencente a uma reconhecida família de Fortaleza cujo poder se sobressaía, principalmente no aspecto religioso. Foi condecorado a Cavaleiro da Ordem S. Gregório Magno, em 1870, tornando-se posteriormente, amigo do Bispo do Ceará, Dom Luis Antônio dos Santos³⁰.

Durante sua gestão na vice-provedoria da Santa Casa de Misericórdia, exerceu um importante papel na concretização do asilo de alienados, haja vista que naquele momento fora resolvida a questão da localização definitiva para a construção da obra. Em julho de 1877, a família dos Albanos, através do Capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua esposa, Dona Maria Theófilo Albano³¹, doaram um terreno na estrada de Arronches para ser erguido o asilo para os loucos no Ceará. Apesar da doação do terreno ter

30STUDART, Guilherme. Ephemerides do Ceará Republicano 1901, p. 314.

31 Escritura de doação que fazem o capitão Manoel Francisco da Silva Albano e sua mulher á Santa Casa de Misericordia desta cidade, de um terreno na estrada empreitada de arronches, para o edificio do azilo de alienados, por 1:000\$000 (Acervo do Hospital SVP).

representado um importante momento para a efetivação da obra, ela só foi possível motivada pelo inusitado quadro de flagelo em que se encontrava a Província, através do episódio da grande seca de 1877-79 que afetou todo o cotidiano da cidade de Fortaleza.

Com a seca, o número de doentes, esmoleres, órfãos, entre outros ‘indesejados socialmente’ que circulavam pelas ruas da capital aumentou em proporção jamais vista, ao contabilizar-se em milhares de vítimas, levando as autoridades públicas e a caridade particular a criarem locais apropriados para recolhê-los e oferecer-lhes assistência. Nessa perspectiva, além dos lazaretos, que foram erguidos com o objetivo de oferecer tratamento às vítimas de epidemias de varíola, e dos vários abarracamentos construídos nos subúrbios de Fortaleza, que visavam impedir o avanço dos flagelados ao centro, surgiram dois projetos novos para a construção de abrigos destinados aos mendigos e órfãos da seca: o ‘Asilo de Mendicidade’ e a ‘Colônia Orfanológica Cristina’, respectivamente. Assim, mendigos e órfãos passariam a ter um local específico de atendimento e asilo.

A partir de uma nova conjuntura social abalada por um cenário de miséria e desolação por que passava a capital, o projeto de construção do asilo de alienados ganhou maior impulso, através de efetivas doações e financiamentos provinciais, além do emprego da mão-de-obra barata dos retirantes da seca.

Após a doação do terreno feita pela família de Silva Albano, a mesa administrativa da Santa Casa organizou uma comissão para avaliar as condições do local, concluindo que ele se encontrava apto para a realização do empreendimento. Em agosto de 1877, o jornal liberal *O Cearense*, referindo-se ao parecer elaborado pela comissão da Santa Casa, ratificava que o local era apropriado, haja vista que ele estava situado próximo à importante via férrea de Baturité, que ligava várias localidades da Província, à lagoa de Porangaba cuja água era considerada potável e de qualidade. Além disso, o terreno correspondia à expectativa da medicina alienista da época, pois estava localizado em área distante do centro da cidade. Segundo o

jornal: “*esses estabelecimentos são sempre construídos distantes dos grandes centros de movimento*”³². Desta forma, o local para a construção do asilo de alienados atenderia à demanda da época que colocava a loucura no seu lugar de invisibilidade social.

Concluídos os trabalhos de avaliação do terreno, desenvolvidos pela comissão, a Santa Casa de Misericórdia e o governo provincial realizaram, em sete de setembro de 1877, o lançamento da pedra fundamental do asilo para alienados, iniciando oficialmente a obra. A utilização da mão de obra retirante foi fundamental para a aceleração dos trabalhos pela qual os trabalhadores recebiam gratificações módicas em dinheiro ou simplesmente rações de alimentos. Apesar do adiantamento das obras oriundo da necessidade de minimizar os problemas sociais decorrentes da seca, o asilo de alienados não teve conclusão imediata, sendo inaugurado quase dez anos após o lançamento da pedra fundamental.

A justificativa para este significativo intervalo de tempo pode ser atribuída à normalidade com que aos poucos Fortaleza fora retomando em relação aos transtornos sofridos com o aumento populacional e com os episódios de mendicância que havia transformado a cidade durante os três anos de flagelo. Durante a seca, as experiências de loucura e indignação compuseram um mesmo cenário e construir um asilo para atender a demanda de loucos se fazia necessária quando o ambiente era de desorganização e caos social. No período pós-seca, entretanto, observa-se a falta de discursos dos presidentes da Província e do vice-provedor da Santa Casa que apontassem para a urgência em relação à conclusão do asilo de alienados, o que se leva a considerar que o ambiente de retorno da normalidade social em que passou a viver Fortaleza fez com que a obra não fosse considerada como uma prioridade pelas elites.

Durante o período correspondente ao fim da seca de 1877-79 até a inauguração do asilo de alienados, outros vice-provedores ocuparam esta

32 O *Cearense* 28.08.1877. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

função na Santa Casa de Misericórdia. Contudo, na data de fundação do Asilo São Vicente de Paula, José Francisco da Silva Albano voltou a exercer o cargo de vice-provedoria.

Asilo São Vicente de Paula: a inauguração e os principais problemas enfrentados em seu cotidiano

O Asilo São Vicente de Paula foi inaugurado em 1º de março de 1886, durante a administração do presidente da Província, Miguel Calmon Du Pin Almeida. O primeiro diretor foi José Theophilo Rabello que acumulou também o cargo de ecônomo. A Clínica estava sob a responsabilidade do médico da Santa Casa, Meton de Alencar que, além do seu salário no hospital caritativo, recebia rendimentos no valor de 400\$000 réis³³. A solenidade de inauguração contou com a presença de várias autoridades públicas. Os jornais da capital, como *O Cearense*, de março de 1886³⁴ e *O Libertador*, de abril do mesmo³⁵, noticiaram não somente o evento, como os primeiros dias de funcionamento da instituição.

O asilo de alienados foi inaugurado com um patrimônio estimado em 60:000\$000 réis³⁶. Segundo o jornal *O Libertador*, no primeiro mês de suas atividades, os gastos com alimentação somaram-se 220\$900 réis, quantia esta considerada econômica para o número total de vinte e uma pessoas,

33 Ofício de 26 de fevereiro de 1886 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC)

34 O Jornal *O Cearense* de 03 de março de 1886. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

35 Jornal *O Libertador*, de 31 de abril de 1886. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

36 Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Meza Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

incluindo os alienados e empregados existentes na instituição. No primeiro mês de funcionamento do asilo, deram entrada quatorze alienados. Os gastos com os empregados contabilizaram 195\$842 réis, perfazendo o total de 416\$742 réis³⁷. Financeiramente, eram três as principais fontes de rendas do São Vicente de Paula: os juros de apólices advindos das loterias, a receita da Empresa Funerária – que também pertencia à Santa Casa – e o dinheiro proveniente dos pensionistas, ou seja, aquelas pessoas cujas famílias tinham condições de pagar tratamento.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo Asilo São Vicente de Paula, não somente nos seus primeiros anos de existência, mas durante todo o século XIX e início do XX, foi a questão da superlotação dos loucos em suas dependências. Em junho de 1886, o vice-provedor Silva Albano visitou São Vicente de Paula e destacou positivamente a regularidade dos serviços prestados. No primeiro ano de existência do asilo, Silva Albano fez um balanço otimista quanto à eficácia dos trabalhos realizados. Em relatório de 19 de março de 1887, ele comunicava:

“Em tão pouco tempo já tem elle [o asilo de alienados] prestado à humanidade grandes e valiosos serviços.

Crescido numero de infelises loucos que por estradas e povoados viajavão no maior abandono, ou definhavão nas cadeias publicas, forão alli recolhidos; e destes já vinte e seis a sociedade recebeo completamente curados”³⁸.

Entretanto, ainda em 1886, o vice-provedor já observava a falta de cômodos do estabelecimento, que excedia sua capacidade máxima naquele momento, de vinte e cinco doentes³⁹. Para contornar a situação, anunciou que reformas seriam feitas através da ampliação dos compartimentos⁴⁰.

37 Jornal *O Libertador*, de 31 de abril de 1886. (Setor de Microfilmagem da Biblioteca Pública Menezes Pimentel).

38 Relatório da Santa Casa: 19 de março de 1887, p.7 e 8. (Ofícios da Santa Casa - Acervo: APC).

39 Ofício de 22 de junho de 1886, nº44 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

40 Sessões 12 de agosto de 1886, p. 119, do Livro de Atas de 20 de outubro de 1880 (Acervo: SCM).

Mesmo realizando tal medida, o problema da superlotação permaneceu, pois o asilo era a única instituição responsável pelo atendimento de toda a demanda de loucos oriundos de várias localidades da Província.

Uma quantidade significativa de ofícios enviados pelos chefes de polícia e juízes de órfãos à mesa administrativa da Santa Casa, solicitando a transferência de criminosos de diversos presídios cearenses para o asilo de alienados, agravava paulatinamente o problema de sua demanda. Em alguns casos, o vice-provedor rejeitou o pedido, como ocorreu em abril de 1888, quando argumentou que não atenderia à solicitação, pois o criminoso em questão – de nome João da Cunha, preso pelo crime de homicídio e por sofrer de “*furor sanguinário e monomania suicida*” cuja periculosidade havia sido advertida pelo chefe de polícia – representava um perigo ao asilo de alienados. Para a mesa administrativa da Santa Casa, o São Vicente de Paula não teria condições de receber o preso João da Cunha, pois não havia na instituição:

“Compartimento algum com a precisa segurança, nem guarda que evita a pratica de qual quer desatino que com temeridade possa se dar, como é de esperar de tal homem, era de todo inconveniente a admissão alli do referido preso, que na cadeia, em que se acha e que offerece toda segurança para criminosos, é onde deve ser conservado tratamento, tanto quanto o pode ter no Asylo de Alienados: neste sentido deo-se a respectiva informação”⁴¹.

Se por um lado, a mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia ponderava quanto ao recebimento de loucos criminosos que representassem perigo à segurança do asilo de alienados, por outro, na maior parte das solicitações, ela aceitou o pedido de transferência. Desta forma, deram entrada no São Vicente de Paula, somente no período de agosto de 1889 a janeiro de 1890, quinze “*alienados desvalidos*” ou simplesmente “*alienados*” que estavam detidos na cadeia pública de Fortaleza. Foram eles: João

41 Sessão: 26.04.1888 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

Rodrigues Beserra, Francisco das Chagas Epiphanes, Maria da Conceição, João Pedro, Francisca Maria de Jesus, Joana de Tal, Francisca Borges, Antônio Maltias, Mariana Lusía da Silva, Vicência Madeira de Abrêo, Manoel Francisco dos Santos, Joaquina Maria da Conceição, Francisco Gonçalves Torres, Isabel Maria da Conceição, Maria de Nazareth ⁴².

Além dos alienados criminosos existentes na cadeia da capital, havia os que estavam detidos nos presídios de vários pontos da Província. Em 1887, segundo o relatório do presidente de Província, Enéas de Araújo Torreão, existiam no interior do Ceará sessenta e sete cadeias, sendo que cinquenta e uma eram localizadas em prédios públicos e dezesseis em casas alugadas⁴³. Presos vindos das localidades de Ipú⁴⁴, Vila de Campo Grande⁴⁵, São Benedito, Aquiraz, Várzea Alegre, Sobral, Maranguape, Iguatu e Aracati foram alguns dos transferidos para o Asilo São Vicente de Paula ⁴⁶.

Os presos loucos advindos tanto da cadeia da capital como do interior agravavam a situação da lotação do asilo de alienados, pois não havia cômodos suficientes nem condições financeiras favoráveis para receber todos. Em mais de um momento, a mesa administrativa da Santa Casa procurou fixar o número máximo de doentes, como ocorreu em maio de 1889, durante a gestão do sucessor de Silva Albano, o vice-provedor, Paulino Nogueira Borges da Fonseca quando afirmou:

42 Sessões: 22.08.1889, p.57, 5.9.1889, p. 62; 17.10.1889, p. 66; 14.11.1889, p. 68; 5.12.1889, p. 71; 2.1.1890, p. 73; 30.1.1890, p. 76, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

43 Relatório do presidente da província Enéas de Araújo Torreão, de 01 de julho de 1887, item: Prisões Públicas, p. 10.

44 Sessão 22.8.1889, p.57; 3.10.1889, p. 63, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

45 Anexo de 22 de fevereiro do ofício de 22 de março de 1889 (Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

46 Ofícios de: 7 de fevereiro de 1887, 24 de novembro de 1887(Fundo: Gov. da Prov. Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Ofícios expedidos; Datas-limite:1881-89, 1914 (Acervo: APC). Sessões da Santa Casa de Misericórdia de: 21 de novembro de1907, p. 97; 22 de abril de 1909, p. 23; 3 de maio de 1917, p. 25; 16 de agosto de 1917, p. 42; 4 de setembro de 1919, p. 20. (Acervo: SCM).

“Em vista das ponderações feitas pelo Senhor Vice-Provedor, relativamente ao numero considerável de loucos que, ultimamente, têm affluido ao Asylo de Alienados, cujos recursos são ainda insufficientes para comportar crescidas despesas, a Mesa, sob indicação do Senhor Procurador Geral, unanimemente approvada, resolveo limitar o numero de alienados a cincoenta, sendo retirados do estabelecimento aquelles que a juízo medico estiverem completamente restabelecidos; dando-se sciencia disso ao medico e director do referido estabelecimento”⁴⁷.

A deliberação do vice-provedor Paulino Nogueira Borges da Fonseca era, além de limitar o número de alienados no São Vicente de Paula, autorizar a alta àqueles que estivessem em situação favorável à volta do convívio em sociedade.

Medidas objetivando a fixação do número de doentes no São Vicente de Paula, como forma de contenção da superlotação de loucos em seus cômodos, duraram pouco tempo, haja vista que novos ofícios expedidos pelas autoridades de segurança pública da Província chegavam à Santa Casa, solicitando novas transferências de presos para o São Vicente de Paula. Esta situação perdurou todo o século XIX.

Considerações Finais

Além dos loucos criminosos e indigentes, havia outros tipos de pessoas internadas no São Vicente de Paula – os pensionistas – e, entre eles, estavam os militares. Estes, muitas vezes eram admitidos no asilo a partir da solicitação dos seus próprios comandantes. Entretanto, o número de pensionistas era quantitativamente inferior aos dos indigentes⁴⁸. Durante os primeiros anos de existência do São Vicente de Paula não foi registrada a entrada de nenhum pensionista no asilo, como afirmou o então vice-

47 Sessão: 2.5.1889, p.45 do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887 (Acervo: SCM).

48 Sessões: 5.12.1889, p.71; Ss: 4.9.1890, p. 122; 13.11.1890, p. 132, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887. Ss: 28.01.1897, p. 31; 18.3.1897, p. 39 do Livro de Atas de 1896 a 1897: SS: 25.8.1910, p. 72/3 Livro de Atas de 1908; Ss: 16.10.1919, p. 26 do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919. (Acervo: SCM).

provedor da Santa Casa, Silva Albano⁴⁹. Especificamente no que se refere aos militares, dos primeiros anos de existência do asilo de alienados até as décadas iniciais do século XX, ingressaram somente oito no estabelecimento, segundo constam as atas de reuniões da mesa administrativa da Santa Casa⁵⁰. O número de pensionistas era tão pequeno, que somente no século XX, eles passaram a ser notificados nos mapas demonstrativos do movimento interno do estabelecimento.

Os ‘loucos desvalidos’ e os ‘loucos criminosos’ representaram o público alvo do asilo de alienados. Geralmente os ingressos eram pessoas que, além de não possuírem condições de pagar tratamento, não tinham sequer família ou moradia. Os indigentes e criminosos oriundos das cadeias públicas, tanto da capital quanto do interior do Ceará, formaram a quase totalidade do quadro de doentes. Nesta perspectiva, observa-se que o São Vicente de Paula constituiu-se como o lugar da pobreza indigente, desvalida, louca, existente no Ceará que crescia quantitativamente em suas dependências, ocasionando não somente um grave problema de superlotação, como más condições de tratamento e mesmo de sobrevivência.

O São Vicente de Paula apresentava-se mais como um abrigo para recolhimento dos loucos que definhavam nas cadeias ou perambulavam pelas ruas de Fortaleza, que propriamente um estabelecimento médico que visasse à cura de doentes; daí a sugestiva alcunha de ‘asilo’ e não ‘hospital’ para alienados que definia a instituição, perdurando tal denominação desde a sua fundação até as primeiras décadas do século XX.

Tanto o perfil dos alienados como a problemática da lotação permaneceram os mesmos durante o período monárquico, não havendo

49 Relatório dos Sucessos ocorridos no anno de 1888, apresentado pelo Exmo. Barão de Aranha, Vice Provedor da Santa Casa de Misericórdia, por ocasião da posse da nova Mesa Administrativa que tem de servir no anno de 1889-1890. (Fundo: Gov. da Província do Ce; Grupo: Santa Casa de Misericórdia; série: Offícios expedidos; Data-limites:1881-89, 1914 (Acervo: APC).

50 Sessões: 5.12.1889, p.71; Ss: 4.9.1890, p. 122; 13.11.1890, p. 132, do Livro de Atas de 17 de novembro de 1887. Ss: 28.01.1897, p. 31; 18.3.1897, p. 39 do Livro de Atas de 1896 a 1897: SS: 25.8.1910, p. 72/3 Livro de Atas de 1908; Ss: 16.10.1919, p. 26 do Livro de Atas de 24 de fevereiro de 1919. (Acervo: SCM).

modificação com o advento da República. A própria estrutura e gestão do São Vicente de Paula não sofreram alterações significativas, mantendo-se ele vinculado administrativamente à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Tal permanência de vínculo apresentou-se de forma diferenciada em outros estabelecimentos semelhantes brasileiros, como ocorreu no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Nas experiências vividas nos hospícios dessas cidades, a separação entre a igreja e o Estado ocorrida após a mudança de governo, refletiu diretamente no funcionamento e na estrutura dos hospitais, que passaram a romper com a irmandade da Misericórdia, que exerceu poder e atuação significativa em todo o País, durante a Monarquia.

No caso do Ceará, observa-se um cenário de continuidade das práticas assistenciais e caritativas representadas pela Santa Casa em relação ao São Vicente de Paula. Algumas medidas foram alteradas com a República como o fim da figura do provedor nato, expresso na pessoa do presidente da Província, e o fim de alguns benefícios financeiros que possuía a irmandade religiosa. Contudo, apesar do abalo sofrido pela igreja com o advento republicano, no que concerne à manutenção e ao funcionamento do São Vicente de Paula, não houve mudanças relevantes, como também permaneceram iguais os problemas internos enfrentados durante o século XIX, como a superlotação de doentes em suas dependências, sem que houvesse perspectivas concretas de resolução no século posterior.

Referências Bibliográficas

AGASSIZ, Louis. *Viagem ao Brasil: 1865-66*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

ANTUNES, José Leopoldo F. *Medicina, Leis e Moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Unesp, 1999.

ARAGÃO, R. Batista. *Perna de Morte*. Barraca do Escritor Cearense. Fortaleza, 1991.

BARBOSA, José Policarpo de Araújo. *Historia da Saúde Pública do Ceará: da Colônia a Vargas*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

BARROS LEAL, Vinícius. *Nos Quinhentos Anos das Misericórdias*. Revista do Instituto do Ceará. Ano CXII, 1998.

BARROSO, Gustavo. *À Margem da História do Ceará*. RJ-SP-Fortaleza. ABC Editora, 2004

BEZERRA, Antônio. *Descrição da Cidade de Fortaleza*, Revista do Instituto do Ceará, 1895.

BEZERRA NETO, Eduardo. *A Idéia Republicana em Marcha*. Revisto do Instituto do Ceará. Tomo Especial de 1987 – 1º centenário do Instituto do Ceará

CÂMARA, José Saraiva. *Fatos e Documentos do Ceará Provincial*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1970. Série B – Estudos e Pesquisas, vol. 2.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Trem da Seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: museu do Ceará/ Séc. Cult. Estado do Ceará, 2005 (Coleção outras histórias, 32).

CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 174.

CORDEIRO, Celeste. *Antigos e Modernos - Progressismo e Reação Tradicionalista no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume, 1997.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Espaço: um conceito-chave da Geografia*. IN. CASTRO, Iná, Gomes, Paulo e Corrêa, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, Maria C. Pereira. *O Espelho do Mundo – Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1986.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo - uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2001.

DIAS, Leila Cristina, *Redes: Emergência e Organização* IN. CASTRO, Iná, Gomes, Paulo e Corrêa, Roberto. *Geografia: conceitos e temas*. 5ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830 – 1930)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FERREIRA, A *Estrada de Ferro de Baturité: 1870 -1930. Projeto História do Ceará, política, indústria e trabalho. 1930-1964*.

FONTES, Eduardo. *As Poucas Lembranças das Igrejas de Fortaleza; subsidio a história dos templos católicos de Fortaleza*. Séc. de Cultura e Desporto.

GALENO, Juvenal. *Porangaba – Poema Indianista* IN *Porangaba: a lagoa e a índia Porangaba (Poema Indianista)*. Fortaleza: Edição da Casa Juvenal Galeno/Stylus Comunicações, 1991.

GARDNER, George. *Viagem ao Interior do Brasil – principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte. Editora Itatiaia Ltda. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1975.

GIRÃO. *Geografia Estética de Fortaleza*. Fortaleza. Ed. Casa de José de Alencar/UFC, 1997.

GOFFMAN, Ervin. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LIMA Francisco de Assis Silva de. *Estradas de Ferro no Ceará*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda., 2007.

MARIZ, Silvana Fernandes. *O Passado como o Lugar da Violência* In. Arquivo Público do Ceará. *Documentos Revista do Arquivo Público do Ceará*, v.1, nº4, semestral, Fortaleza: APC, 2005.

MEDEIROS, José Adailson de. *Ulisses Pernambucano*. Rio de Janeiro: Imago, CFP, 2001, p. 72.

PAIVA, Melquíades Pinto. *Um Deputado do Império: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (1841-1908)*, Revista do Instituto do Ceará. Ano CVI, 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*, 2ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999, PORTER, PORTER, Roy. *Uma História Social da Loucura*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1990.

PONTES, Cleto Brasileiro. *Hospital Psiquiátrico Seis Séculos de História*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2006.

RIOS, Kênia Sousa, IN. Capanema, Guilherme de. *Estudos sobre Seca*. Fortaleza: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, Museu do Ceará, 2006.

SALES, Antonio. *Novos Retratos e Lembranças*. Fortaleza: UFC/ Casa José de Alencar, 1995. Coleção Alagadiço Novo, 1995.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Ed. Universidade de SP. 2002.

SILVA FILHO, Antonio. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza. Museu do Ceará/Secult, 2001.

SOUZA, Josinete Lopes de. *Da Infância “Desvalida” à Infância “Delinqüente”: Fortaleza (1865-1928)*. Dissertação de Mestrado em História. PUC. SP, 1999.

SOUZA, Milton, 1995, *O Lugar e o Cotidiano IN A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. SP: Ed Unv. SP, 2002 (Coleção Milton Santos, 1).

STUDART, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza, Typographia Studart, 1896, 2º volume.

THEÓFILO, Rodolfo. *A Fome; Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio; Fortaleza: ACL, 1979, col. Dolor Barreira, v. 2

_____. *História da Seca do Ceará (1877 a 1880)*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1922.

_____. *Varíola e vacinação no ceará*. Fac-símile: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

WADI, Yonissa Maritt. *Palácio Para Guardar Doidos – uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Ed. Da Univ/UFRGS, 2002.